

UTE VALE DO PARANÁ ALBIOMA S.A.
CNPJ nº 31.149.697/0001-90

on 31 de dezembro de 2022 (Valores

Ativo	Balanço patrimonial Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)										
	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021				
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.754	33.666	Empréstimos	8	9.245	9.802				
Contas a receber	5	5.023	4.741	Fornecedores	9	994	276				
Estoques	6	343	831	Passivo de arrendamento	12	838	44				
Contas a receber - Partes relacionadas	10	2.028	-	Partes relacionadas	10	734	124				
Impostos a recuperar	63	-	-	Obrigações trabalhistas	613	632					
Despesas pagas antecipadamente	369	327	-	Impostos a recolher	11	262	450				
Outros ativos circulantes	-	54	-	IRPJ e CSLL	11	561	960				
Total do ativo circulante	22.580	39.620	-	Dividendos obrigatórios a pagar	10	1.820	4.989				
Não circulante				Outros passivos	-	-	27				
Imobilizado	7	137.062	139.773	Total do passivo circulante	15.067	17.305					
Direito de uso	7	4.518	64	Não circulante							
Intangível	7	871	880	Empréstimos	8	84.099	91.922				
Total do ativo não circulante	142.451	140.717	-	Passivos de arrendamento	12	3.917	36				
Total do ativo	165.031	180.337	-	Total do passivo não circulante	88.016	91.958					
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)											
Capital Subscrito	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Reserva de lucro	Resultado do exercício	Total						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	55.056	-	(4.091)	-	-	50.965					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.098	25.089						
Absorção de prejuízo	-	-	4.091	(4.091)	-						
Transferência de reservas - Nota 13	-	1.050	-	19.957	(21.007)						
Dividendos mínimos - Nota 13	-	-	-	(4.989)	(4.989)						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	55.056	1.050	-	14.968	7.075						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.662	7.662						
Transferência de reservas - Nota 13	-	383	-	7.279	(7.662)						
Dividendos distribuídos	-	-	-	(14.968)	(14.968)						
Dividendos mínimos - Nota 13	-	-	-	(1.820)	(1.820)						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55.056	1.433	-	5.459	61.948						
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)											
Seção A - Informações gerais:	1. Contexto operacional: A UTE Vale do Paraná Albionia S.A. ("Companhia") foi constituída em 2 de agosto de 2018 por meio de ata da assembleia geral de constituição de sociedade anônima em 1º de fevereiro de 2018. A Companhia está estabelecida na cidade de Suzanápolis, estado de São Paulo e tem como objetivo social o desenvolvimento, implementação e operação da usina de cogeração de energia elétrica, localizada na Cidade de Suzanápolis, Estado de São Paulo, na Rodovia SP-595, km 84 - 800 metros ("Usina de Cogeração"), para geração de eletricidade e vapor a serem fornecidos para o moinho detido pela Vale do Paraná S.A. - Álcool e Ácucar ("o "Moinho") e comercialização de energia elétrica a terceiros ligados à rede nacional. A Companhia iniciou sua operação comercial a partir de 25 de dezembro de 2020, mediante despasso nº 3.672 emitido pela ANEEL, onde foi liberado as unidades geradoras UG1, com capacidade de 16.000 kW e UG2, com capacidade de 32.500 kW. Os recursos financeiros são provenientes de um financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contratado em 9 de novembro de 2018 por valor de R\$ 98.557. Até dezembro de 2021, já havia sido liberado R\$ 85.000 de financiamento BNDES, não ocorrendo novas liberações em 2022 e com a previsão do saldo restante ser liberado no primeiro semestre de 2023. Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. A Companhia apresentou lucro do exercício no montante de R\$ 7.662 (R\$ 25.089 em 2021) e capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 3.832 (R\$ 22.316 em 2021) em 31 de dezembro de 2022. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 19 de maio de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.										
2. Apresentação das demonstrações financeiras:	2.1. Declaração de conformidade: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.										
2.2. Base de elaboração:	As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas.										
2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:	As seguintes alterações de normas ocorreram a partir de 1º de janeiro de 2022: • Alteração no CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração prova uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Alteração no CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração no CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceptual mais recente emitida em 2018. • Ajustamentos anuais - ciclo 2018-2020 (i) CPC 48 "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de depreciação de passivos no resultado do arrendador relacionado. (ii) CPC 06 "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionado a melhoria do imóvel arrendado. (iii) CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Interacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) CPC 29 "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/C/S) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as outras normas IFRS. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.										
2.4. Normas novas que ainda não estão em vigor:	As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração no IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos no no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.										
2.5. Alteração no IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:	de acordo com o IAS 1, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos no no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.										
2.6. Alteração no IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:	a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração no IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que, caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração no IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, como o período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração no IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no momento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. A administração está analisando os impactos das normas que ainda não estão em vigor, não há planos de antecipação de aplicação destas normas, de modo não há expectativa de impacto relevante nas demonstrações financeiras.										
Seção B - Riscos:	3. Gestão de risco financeiro: 3.1. Fatores de risco financeiro: a) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de uma pessoa ou entidade não cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia incorre em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do										
7. Imobilizado, Intangível e Direito de uso:											
Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Benefícios e vantagens	Subestações e linhas de transmissão	Outros ativos	Em andamento	Linha de transmissão	Software	Directo de uso	Total		
terrenos	terrenos	terrenos	transmissão	transmissão	transmissão	transmissão	transmissão	transmissão			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	784	16.185	5.931	27	23.199	11	96.132	836	-	143.105	
Aquisições	958	822	485	-	1.192	51	90	44	122	3.764	
Transferência	26.993	(13.915)	80.251	-	2.803	-	(96.132)	-	-	-	
Depreciação	(590)	(1.561)	(3.456)	(1)	(482)	(4)	-	-	(58)	(6.152)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	28.145	1.531	83.211	26	26.712	58	90	836	44	64	41.711
Aquisições	2.978	222	641	-	18	-	-	13	483	8.715	
Baixas	-	-	-	-	(90)	-	-	-	-	(90)	
Depreciação	(2.110)	(61)	(3.756)	(1)	(543)	(10)	-	(22)	(389)	(6.892)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29.013	1.692	80.096	25	26.169	66	-	836	44	142.450	
Aquisições	34.626	1.857	85.564	29	27.258	81	-	836	58	4.981	155.290
Depreciação	(5.613)	(165)	(5.468)	(4)	(1.089)	(15)	-	(23)	(463)	(12.840)	
Valor contábil	29.013	1.692	80.096	25	26.169	66	-	836	44	142.450	
8. Empréstimos:	A Companhia obteve empréstimos contratados em moeda nacional com o objetivo de financiar a aquisição de sua planta industrial e suas operações, cujo saldo é composto como segue:										
Linha de Crédito Moeda Juros médios (a.m.)	2022	2021									
BNDES (Subordínado A)	R\$ Fixo (3,95% a.a.)	17.218	19.520								
BNDES (Subordínado B)	R\$ Variável (IPCA + 2,95% a.a.)	77.569	83.789								
Custo											

21/06/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



AUTENTICIDADE DA PÁGINA: A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>

Continuação

negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Custos de manutenção: A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, prorrateadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados no resultado do exercício em que ocorre a manutenção.

(iv) Depreciação:

Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, com exceção das máquinas, equipamentos e instalações ligados ao consórcio que se limitam à depreciação até o seu encerramento em 2045, são as seguintes:

Descrição

Máquinas, equipamentos
Edificações
Móveis e equipamentos de comunicação
Computadores e periféricos
Instalações

Anos

24
25
15
6
24
50

Linhas de transmissão

Anos

24

Ossos métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado prospectivamente.

24.11. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas UTE Vale do Paraná Albion S.A. **Opião:** Examinamos as demonstrações financeiras da UTE Vale do Paraná Albion S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTE Vale do Paraná Albion S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das

demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório da auditoria, com data de 16 de fevereiro de 2023, sem ressalvas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

Continuação das Notas explicativas da UTE VALE DO PARANÁ ALBION S.A. - CNPJ nº 31.149.697/0001-90

índice. 24.12. Redução ao valor recuperável (*impairment*): **i) Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não condizentes em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; ou • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento. **ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de

caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidades Geradoras de Caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC excede o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para redução ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2022.

Suzanapolis, 30 de abril de 2023
Christiano Forman Villaca - Diretor Presidente
Douglas da Silva Ramos - Contador - CRC 1SP 323.352/O-6

São Paulo, 24 de maio de 2023
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia - Contador CRC 1BA029904/O-5

